INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG
COMITÊ DE INVESTIMENTO

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IPG

EXERCÍCIO 2026

Aos 20 (vinte) dias do mês de julho do ano de 2026, às 9h10, nas dependências do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari – IPG, realizou-se a 5ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos, referente ao exercício de 2026, órgão colegiado instituído pela Portaria IPG nº 23/2003, reestruturado pela Portaria IPG nº 95/2025 e com membros nomeados pela Portaria IPG nº 26/2026. Aberta a sessão, procedeu-se à leitura da ata da 4ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de junho de 2026. Após a leitura, o secretário consultou os membros quanto à existência de ressalvas ou correções. Não havendo manifestações, a ata foi aprovada por unanimidade. Na sequência, passou-se à análise da pauta referente ao Fundo Rio Bravo. Foi informado que o prazo para manifestação quanto à renovação do investimento se encerraria em 27 de julho de 2026, sendo discutidas as alternativas de manutenção do investimento ou de resgate dos recursos. Durante os debates, foram apresentados os principais pontos discutidos na reunião realizada com a Consultoria Lema, em 03 de julho de 2026, destacando-se a estratégia de reposicionamento gradual da carteira de investimentos, com redução da exposição aos fundos indexados ao IMA-B 5+ e aumento da alocação em títulos públicos federais marcados na curva, bem como em fundos referenciados ao IRF-M 1, buscando maior aderência ao estudo de Asset Liability Management (ALM), ao casamento entre ativos e passivos do Instituto e à Política de Investimentos vigente. Os membros ressaltaram, ainda, que a estratégia proposta proporciona maior previsibilidade dos retornos, maior segurança patrimonial e melhor alinhamento às obrigações futuras do RPPS, especialmente diante do atual cenário econômico e das incertezas relacionadas ao período eleitoral. Após ampla discussão, deliberou-se pela manutenção do investimento no Fundo Rio Bravo, mediante renovação da aplicação, considerando que eventual resgate impediria o retorno ao fundo nas mesmas condições, em razão da legislação vigente, além de comprometer a estratégia inicialmente planejada para esse investimento. Ficou determinado que fosse encaminhado o respectivo voto da Diretora-Presidente, formalizando a opção pelo reinvestimento. Em seguida, o Comitê deliberou sobre a implementação gradual da estratégia apresentada pela Consultoria Lema, definindo como meta elevar a participação da carteira em títulos públicos federais para aproximadamente 20% do patrimônio até o final do mês de agosto de 2026, mediante a realocação gradual de recursos atualmente investidos em fundos atrelados ao IMA-B 5+. Ficou estabelecido que as futuras aquisições priorizarão títulos públicos com vencimentos concentrados, preferencialmente, nos vértices de 2035 e 2039, observando-se as diretrizes constantes do estudo de ALM e da Política de

Investimentos vigente. O membro Augusto ressaltou a necessidade de apresentação do estudo de ALM ao Conselho Deliberativo, destacando, também, sua preocupação quanto à necessidade de revisão e eventual aumento do percentual da contribuição patronal, que, desde a criação do Instituto, permanece fixado em 16%. Tal preocupação se justifica, especialmente, pela redução do número de servidores efetivos ativos, seja em razão da substituição por servidores contratados, seja em decorrência de aposentadorias e exonerações, cujos cargos, em muitos casos, não vêm sendo repostos por meio da realização de concursos públicos. Diante desse cenário, considerando os possíveis impactos dessa redução sobre o equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto, ficou registrada a solicitação de espaço na próxima reunião do Conselho Deliberativo para apresentação e discussão do estudo de ALM, bem como para o debate acerca da necessidade de reavaliação da contribuição patronal. Os membros também discutiram a necessidade de capacitação técnica para utilização da plataforma eletrônica de negociação de títulos públicos, ressaltando que, embora sejam promovidos treinamentos institucionais por entidades do mercado, será necessária capacitação específica para a operacionalização da plataforma utilizada pelos RPPS. Ficou registrado, ainda, que as contribuições do Fundo Capitalizado continuarão sendo depositadas na instituição SICREDI e aplicadas em fundo de renda fixa, conforme já vem ocorrendo e em consonância com o deliberado pelo Comitê em atas anteriores. Na sequência, foi realizada a análise e aprovação do Relatório Mensal de Investimentos, destacando-se que o documento reflete o posicionamento atual da carteira e deverá contemplar as novas diretrizes deliberadas pelo Comitê quanto ao aumento da exposição em títulos públicos e à redução gradual da exposição aos fundos indexados aos índices IMA. O relatório foi aprovado pelos presentes. No que se refere à certificação profissional, os membros registraram interesse na realização de novos cursos e exames de certificação, especialmente aqueles voltados à gestão de investimentos e à negociação de títulos públicos, reforçando a importância da capacitação contínua dos integrantes do Comitê. Em relação ao Regimento Interno do Comitê, foi informado que a minuta atualizada já havia sido encaminhada aos membros e, posteriormente, enviada às consultorias especializadas para análise quanto à conformidade com os requisitos do Pró-Gestão RPPS – Nível III. Foi esclarecido que a Consultoria Lema apresentou sugestões de adequação e que o documento se encontra, atualmente, sob análise da consultoria responsável pelo processo de certificação institucional, aguardando retorno para posterior aprovação definitiva pelo Comitê. Também foi informado que houve atualização dos procedimentos de credenciamento das instituições financeiras, passando a ser exigida a elaboração de processo interno próprio, com maior formalização documental e participação dos membros do Comitê em todas as etapas do credenciamento, conforme as novas orientações normativas. Foi registrado que, nas semanas anteriores, o Instituto recebeu

visitas institucionais de representantes do Banestes, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, ocasião em que foram apresentadas alternativas de investimentos e novos produtos financeiros. Informou-se, ainda, que está agendada reunião on-line com a nova gerente de investimentos do Banco do Brasil, responsável pelo atendimento ao Instituto. Durante os debates acerca do cenário previdenciário, os membros destacaram a necessidade permanente de acompanhamento das avaliações atuariais e da evolução das alíquotas de contribuição previdenciária, considerando os impactos futuros sobre o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município. Nada mais havendo a tratar, foram ratificadas as deliberações acima descritas, sendo encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.

Guarapari/ES, 20 de julho de 2026.

ANA LÚCIA SOUZA DA SILVA
MEMBRO

JULIANA SANTOS RIBEIRO
MEMBRO

VITOR FLORINDO ASSIS DE FREITAS
SECRETÁRI

JOSÈ AUGUSTO FERREIRA CARVALHO
MEMBRO